

# Carlos Vainer: compromisso acadêmico e ética insurgente

Luis Régis Coli<sup>1</sup>  
Soraya Silveira Simões<sup>1</sup>

O economista e sociólogo Carlos Vainer, atualmente professor titular aposentado e colaborador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), é alguém cuja trajetória se confunde com o próprio desenvolvimento do campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Ainda que isso muito signifique, sua história vai muito além. Suas contribuições acadêmicas, sua atuação institucional e engajamento político, ao longo de décadas, revelam um compromisso público raro, tanto ontem quanto hoje: “É em relação à minha geração que me situo para pensar e narrar minha trajetória intelectual e acadêmica, que foi, sempre, embora de maneiras diversas ao longo de minha vida, inseparável de meu engajamento político. [...] A ge-

ração constitui, indubitavelmente, o lugar social e intelectual a partir do qual e no qual me formei e caminhei intelectual e politicamente. Atuei no movimento estudantil; estive por um tempo na militância clandestina; por três vezes estive preso, tendo saído da última vez para o exílio. Retornei ao Brasil após a anistia, militei no Partido dos Trabalhadores, dele me desencantei, tendo-me afastado do ativismo partidário desde meados dos anos 1990. Todos estes eventos são datados historicamente e referidos à geração 68. E não deixa de ser com uma certa dose de orgulho que me reconheço e reivindico a condição de geração 68.”<sup>2</sup>

## Primeiros passos

Ao rememorar o início de sua

1 Professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).

2 Todas as citações foram retiradas do Memorial submetido ao Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR-UFRJ, *Edital n. 28, de 15/06/2005*

trajetória, Vainer não tem dúvidas: “Não há como escapar: todas as vezes em que busco lembrar o espaço-tempo de meus primeiros exercícios intelectuais e dos primeiros momentos em que minha inteligência desperta para o pensamento crítico, me encontro no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (CAP/ FNFi), da então Universidade do Brasil. [...] Ambiente intelectual, o CAP constituía também espaço de intenso debate político, sobretudo a partir de 1964. A instalação da ditadura militar e a repressão, que se abateu sobre alguns dos alunos e professores, ofereciam a muitos de nós o ingrediente que faltava para um início de engajamento político, no movimento secundarista.”

Em 1967 ingressou na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade do Brasil e, nela, teve como objetivos principais o estudo e o engajamento no movimento estudantil. “Havia uma certa complementaridade: de um lado, continuava a ler os clássicos do marxismo-leninismo em grupos de leitura e estudos. De outro lado, a organização política de que me aproximei exigia que seus simpatizantes frequentassem as aulas assiduamente e fossem alunos de destaque. Mais que isso, devíamos transformar cada aula em um momento para despertar a consciência política dos colegas, desafiando incansavelmente a ‘ciência burguesa.’”

O ano de 1968, seu segundo ano como estudante, seria bem mais conturbado e fortemente marcado pela ação política: “Preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, fui rapidamente libertado; mas logo a seguir minha prisão (preventiva, se dizia à época) foi decretada e, a partir de então, a ilegalidade vai alterar profundamente minha vida. Continuei atuando no movimento estudantil, como vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes, frequentando várias universidades, mas para atividades políticas, não mais escolares. [...] O AI-5, o descenso do movimento estudantil, o recrudescimento da repressão, tudo isso, no início de 1969, vai empurrar-me, a mim e a muitos colegas e companheiros, para a luta clandestina contra a ditadura. Os anos de chumbo, para mim, foram os anos da clandestinidade e da prisão. Até que, em início de 1971, fui libertado e banido do país. Iniciavam-se os longos anos do exílio, no qual retomaria uma trajetória acadêmica que a clandestinidade e a prisão haviam interrompido.”

Instalado no Chile, presenciou o golpe contra Salvador Allende e mais uma vez precisou buscar refúgio. Após três meses no México, foi para a Bélgica e depois para a França, onde trabalhou como porteiro, professor de português e concluiu os estudos: “O golpe de 11 de setembro

de 1973, no Chile, nos levou a reformular as expectativas. Ele nos advertia de que a derrota era muito mais profunda do que jamais aceitáramos, o que significava que o exílio tenderia a se estender muito além do que havíamos imaginado. Uma vez protegido pela acolhida da embaixada do México, em Santiago do Chile, tomei a firme decisão de buscar refúgio na França, a fim de retomar os estudos. Cheguei a Paris no início de 1974.” Após finalizar sua graduação, em 1979 terminaria seu doutorado em *Développement Economique et Social - Option Développement Rural en Pays Sous-Développés. Université de Paris I - Panthéon/Sorbonne*.

Tomando como referência as “vias de desenvolvimento” compreendidas nas obras de Lênin, buscou iluminar aspectos fundamentais do avanço do capitalismo no Brasil: “Acredito ter podido encontrar novos nexos e chaves para o entendimento de nossas especificidades ao ter utilizado a noção de vias do desenvolvimento em minha investigação histórica sobre a produção agrícola e as relações de trabalho e produção no campo brasileiro. O escravidão, a transição para o trabalho livre, a conformação de um campesinato livre nas áreas de implantação de imigrantes no sul do país, as relações tradicionais no latifúndio e as transformações por que passaram no pós-guerra, a ocupação de fronteiras,

o conjunto destas dinâmicas, processos e etapas são examinadas para explicar as complementaridades e contradições – penso ainda hoje que de maneira bastante original e provocante – entre o processo de acumulação do capital e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.”<sup>3</sup> O ano de 1979 foi marcado pela aprovação da Lei da Anistia no Brasil, e Vainer, assim como muitos outros refugiados da ditadura militar no Brasil, retornaria ao país: “Enquanto ultimava a preparação de minha tese, avançava no Brasil o movimento pela anistia. Em 29 de junho 1979 defendi a tese. Em 28 de agosto foi aprovada a Lei de Anistia. Suspendi as negociações que vinha fazendo para conseguir um posto de assistente de meu orientador e comecei a organizar a volta. Em princípios de outubro de 1979, embarquei, com minha companheira Sonia e meu filho Paulo, nascido em Paris. Era o fim do exílio. Saíra banido e voltava doutor. Com a anistia, no entanto, minha vida era, uma vez mais, revolucionada por movimentos e rupturas históricas. A grande diferença é que, desta vez, eu iria poder empacotar minhas coisas com calma e não perderia, uma vez mais, os livros.”

### No IPPUR-UFRJ

O ingresso, poucos meses de-

3 Desta tese de doutorado foi traduzido e publicado apenas um capítulo, com o título “Do Corpo Marcado ao Território Demarcado”, Centro de Estudos Migratórios, 2000.

pois, como Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, seria o início de uma longa história de atuação na Universidade, que dura até o presente e se estenderia para muito além do IPPUR. Em um Instituto que tem como preocupações centrais a cidade e a região, Vainer direcionou seus primeiros esforços para as pesquisas no âmbito da questão migratória, o que, depois de algum tempo, lhe permitiu levar adiante importante projeto apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep): “Com o apoio da Finep, que se renovou ao longo dos anos 1980, pude lançar-me a uma pesquisa de fôlego, de caráter histórico, sobre o sentido, eficácia, formas, ideologias e retóricas que marcaram, desde o fim do tráfico de escravizados, as concepções e ações do estado brasileiro voltadas para gerar, direcionar, favorecer ou bloquear deslocamentos espaciais de população. Nesta pesquisa, pude revisitar e aprofundar a pesquisa anteriormente feita sobre a imigração estrangeira e o papel do Estado no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a ajuda de mestrandos e pesquisadores que integraram a equipe de pesquisa, pudemos explorar as múltiplas dimensões – demográfica, econômica, política e ideológica – da questão migratória ao longo do período estudado. Pude também avançar na identificação e

estudo das diferentes razões de estado – razão econômica, razão nacional, razão racial – que, de maneira convergente ou contraditória, informaram a elaboração e implementação de políticas migratórias.” Várias foram as dissertações de mestrado orientadas e muitas as publicações, tendo Vainer coordenado o Grupo de Trabalho sobre Migrações da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

A década de 1980 também marcaria o início de uma parceria que se renova até os dias atuais, estabelecida com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e que articula atividades de pesquisa, ensino, extensão e assessoria técnica: “Por volta de 1986, ouvi de colegas que estudavam conflitos sociais no campo referências à luta de populações que seriam deslocadas compulsoriamente para dar lugar à implantação de grandes barragens hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. Minhas curiosidades e preocupações teóricas tinham, tudo indicava, um campo de pesquisa empírica possível. Em 1987, após minha primeira visita a Erechim, capital da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos da Barragem do Alto Uruguai), hoje, MAB-SUL (Movimento de Atingidos por Barragens-Sul), tinha a convicção de que, de fato, encontrava-se ali um campo fértil para o tratamento de muitas das questões que tinha em mente.” Os conflitos

gerados pela implementação de projetos hidrelétricos deram fruto a uma grande variedade de pesquisas, dissertações e teses, no âmbito da linha Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SET-MACS), por ele coordenada, assim como a Assessoria Técnica e Educacional a Movimentos de Atingidos por Barragens (ATE-MAB) que, em colaboração com o MAB-Sul, concebeu, elaborou e implementou uma metodologia de planejamento participativo, experimentada nas áreas de influência das barragens de Ita e Machadinho: “A elaboração do Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Ita e Machadinho (PLANDESCA) envolveu 7 estudantes, em 2001. Por quase um mês, morando nas comunidades, desenvolveram uma pesquisa de campo sobre as condições de vida da população atingida.”<sup>4</sup>

Também como parte desse trabalho de assessoria, Vainer se envolveu na organização do I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens (ocorrido em Curitiba, 1997), que abriu um amplo e rico canal de comunicação tanto com movimentos de atingidos por barragens de vários países, quanto com pesquisadores das mais diversas áreas disciplinares – ecologia, ciências políticas, geografia, antropologia

etc: “No ano seguinte, quando, com o apoio do Banco Mundial, se constitui a World Commission on Dams, pude integrar o *International Committee on Dams, Rivers and People*, que acompanhou de perto os trabalhos da comissão.”

Cabe mencionar, ainda na esfera da ação pública, a consultoria prestada à Eletrobrás, de 2003 a 2004, na área de impactos sociais de grandes empreendimentos do Setor Elétrico e desenvolvimento local/regional de áreas impactadas: “Pela primeira vez aceitava engajar-me numa experiência deste tipo, pois sempre busquei manter total independência de agências governamentais diretamente ou indiretamente associadas ao planejamento territorial. Ao mesmo tempo, confesso que a posse de um novo governo e a liberdade de trabalho prometida pelo Prof. Luiz Pinguelli Rosa, então presidente da Eletrobrás, bem como o apoio do próprio MAB, estimularam-me a aceitar o desafio (e, felizmente, não me arrependo). Na Eletrobrás, não obstante alguns desentendimentos e muitos mal-entendidos, tive a satisfação de ver que a metodologia do PLANDESCA transformada em ponto de pauta do MAB em suas negociações com o Governo empossado em 2002 transformou-se em política governa-

4 Esta experiência deu origem a um artigo e foi o 1º colocado no Prêmio FUJB de Extensão Universitária – II Congresso de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalho Premiado: PLANDESCA – Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Ita e Machadinho. Ocorrido nos dias 3 a 5 de outubro de 2001.

mental, com base em texto preparado por mim, quando a Diretoria da Eletrobrás aprovou o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos (PRODESCA). O circuito pesquisa científica-acadêmica, ensino, extensão universitária, participação democrática, políticas públicas realiza-se plenamente neste caso – o que, infelizmente, é um caso raro.”

Relacionado às linhas de pesquisa do IPPUR “Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia” e “Planejamento, Território e Desenvolvimento Regional”, foram inúmeros os trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Vainer foi convidado a representar a comunidade acadêmica no *Dams and Development Forum*, do *United Nations Environment Programme* e integrou a Comissão Especial sobre Violações de Direitos dos Atingidos por Barragens, da Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana<sup>5</sup>.

No início dos anos 1990, ainda que familiarizado com os debates que se davam em torno da questão urbana, Vainer não se considerava um pesquisador do tema. O que veio a seguir, entretanto, daria a ele inserção definitiva nas pesquisas em planejamento urbano,

tendo como resultado a produção de um pequeno texto, hoje um verdadeiro clássico da área: *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. “A questão urbana foi atrás de mim quando, em outubro de 1994, no exercício de meu segundo mandato de Diretor do IPPUR, recebi do Prefeito da Cidade convite para integrar e comparecer à cerimônia solene de instauração do Conselho da Cidade – Conselho do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Meio confuso e sem saber o que fazer, e apesar da desconfiança, compareci ao evento (em 30 de outubro de 1994) para tomar conhecimento de que, com a assessoria de consultores catalães, se iniciava a elaboração de um plano estratégico para nossa cidade. Durante um ano, acompanhei o processo deflagrado, por acreditar que havia ali algo de novo que emergia na forma pela qual a cidade passava a ser pensada e planejada. Comecei a perseguir o tema, seja na literatura sobre cidade, seja na literatura de administração empresarial – *business* –, de onde os conceitos, concepções e modelos do planejamento estratégico urbano haviam sido importados. Fascinado pela evidência de que o transplante de modelos empresariais para o tratamento da cidade conduz a pensar e tratar a cidade,

5 Em 2018, Vainer foi convidado e passou a integrar o Grupo de Trabalho Barragens, Mineração e Direitos Humanos, do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Também neste ano foi convidado a ser um dos relatores da Plataforma DHESCA - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, na temática de mineração, grandes projetos e remoções forçadas.

simultaneamente, como empresa, mercadoria e pátria, comecei a oferecer cursos que escrutinavam a literatura a esse respeito. Ao ampliar a revisão da literatura, deixo-me conta de que não estava diante de mais um factóide de nosso criativo Prefeito, mas diante de um novo e complexo modelo emergente de planejamento urbano, que já havia conquistado várias cidades nos países centrais e se deslocava agora para conquistar a periferia. O Rio de Janeiro, primeira cidade a dotar-se de um plano estratégico na América Latina, como se jactava o Secretário de Urbanismo, não era senão vitrine e plataforma a partir da qual o modelo viria a ser difundido para o Brasil e América Latina.”

### Engajamento institucional

Nesse período de imersão nos estudos sobre o chamado Planejamento Estratégico, a biblioteca do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) tornou-se destino obrigatório para a leitura da *Harvard Business Review* e do que preconizavam os arautos do pensamento neoliberal. A literatura apologética sobre o tema era farta, em contraste com a escassez da bibliografia crítica, o que exigia uma discussão consequente, no IPPUR, que resultasse em novas disciplinas no curso de mestrado e em um novo curso de especialização. A Especialização em *Política Pública e Planejamento Urbano*,

criada em 1987, segue, até hoje, como um dos mais procurados por profissionais e jovens graduados ingressantes no IPPUR. Em meio ao amadurecimento da crítica formulada ao tratamento das cidades como mercadoria, o curso de doutorado em Planejamento Urbano e Regional foi iniciado, em 1993.

Porém, para que os novos cursos pudessem ser estruturados no âmbito do Instituto, o professor Carlos Vainer dedicou-se à estruturação da Biblioteca do IPPUR, no início da década de 1980, e, como membro destacado para representar a biblioteca do Instituto naquele então, participou do processo de criação do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

Essa experiência com a organização de acervos teria consequências muito mais abrangentes no âmbito da UFRJ em outros momentos de sua trajetória, inclusive os mais recentes. Vainer liderou a criação e coordenou a Comissão da Memória e Verdade da UFRJ (CMV-UFRJ), de 2012 a 2019, e, à frente do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) – para onde foi convidado, em 2012, tendo permanecido como Coordenador do FCC durante a gestão dos Reitores Carlos Levi e Roberto Leher – coordenou o *Seminário Você Faz Cultura* (2012), que aprovou a proposta de Política Cultural, Artística e de Difusão Científico-Cultu-

ral, homologada pelo Conselho Universitário em 28 de agosto de 2014. Com isso, a UFRJ tornou-se a primeira universidade brasileira a aprovar uma política específica desta natureza<sup>6</sup>. Em seguida, coordenou a Primeira Conferência Interuniversitária de Cultura do Rio de Janeiro, no âmbito da Conferência Nacional de Cultura, e liderou a criação do Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro, o qual também coordenou. Nesta época, integrou, ainda, o Conselho Municipal de Cultura como representante das instituições de ensino superior.

Foram muitas as iniciativas desse tipo enquanto foi Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura (2012-2018), dentre as quais destacamos as três propostas de criação de novos órgãos ligados ao FCC: o Núcleo de Rádio e TV; o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio; e a Universidade da Cidadania. A criação de todos esses órgãos foi aprovada pelo Conselho Diretor do FCC e pelo Conselho Universitário, através da Resolução n. 4, de 28 de julho de 2018, após alguns anos de intensa interlocução com a comunidade universitária e com os movimentos sociais, que passaram a ter voz e voto em um órgão da UFRJ: a Universidade da Cidadania – hoje, UC Resiste.

A criação da Universidade da Cidadania talvez tenha sido o projeto mais ousado de sua trajetória na Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura por ter envolvido dezenas de grupos acadêmicos da UFRJ e de outras universidades, mas, sobretudo, movimentos sociais, grupos culturais, sindicatos, coletivos de direitos humanos, ONGs, numa experiência pioneira de criação de um espaço voltado para o diálogo de saberes acadêmicos e saberes populares.

Carlos Vainer é reconhecido pela sua atuação em prol da democratização da universidade e nas ações consequentes de construção institucional (*institutional building*). Os exemplos são muitos, além dos aqui já mencionados: construção da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), fundada em 1983 (mesmo ano em que se dedicava à estruturação da Biblioteca do IPPUR), associação da qual foi Secretário Executivo e Presidente; criação, em 2010, e coordenação do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/IPPUR-UFRJ); e participação na fundação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ANEPCP). “No momento em que a desmoralização do Estado e, através dele, da esfera pública oferece os mais for-

6 Em janeiro de 2018 o Conselho Universitário aprovou a Política Cultural, Artística e de Difusão Científico-Cultural – Plano de Trabalho 2017-2019.

tes argumentos para o discurso neoliberal, é necessário que a universidade pública se engaje claramente a favor da defesa de um estado republicano e democrático. Ora, nos últimos anos, junto com a desmontagem ou fragilização da organização da administração pública, assistimos a um correlato desaparecimento dos cursos que deveriam estar formando quadros profissionais para esta esfera. A multiplicação de MBAs e a transformação dos cursos de graduação em cursos de *business* chamam a atenção para a necessidade de um engajamento universitário para formar administradores públicos, dotados de formação pluridisciplinar e educados, no sentido pleno da palavra, numa perspectiva efetivamente republicana. O Curso de Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento, com uma forte ênfase na área do planejamento urbano e do desenvolvimento municipal, mas além de preencher uma evidente lacuna, abre novos e desafiantes campos de experimentação.”

Como se vê, alguém que se reivindica Geração 68 faz de cada passo uma história e, nela, de maneira indiscutível, vê-se a trajetória de uma geração brutalmente atravessada pelo Estado e que transformou essa experiência em uma práxis marcada pela coerência em todo tempo, a todo tempo. Pela sua coerência e por seus múltiplos compromissos e engajamentos, a ética insurgente de Carlos Vainer constitui um

patrimônio do IPPUR e da UFRJ, um exemplo e uma inspiração para nossos estudantes e para a nova geração de docentes que dá continuidade ao trabalho a que ele tem dedicado sua vida.